



Transparência Orçamental: O Caminho para uma Gestão Pública mais eficiente

MINARVINO SILVA FURTADO

Vogal do Conselho das Finanças Públicas

Em tempos de crescente desconfiança nas instituições públicas, a transparência orçamental surge como a principal aliada para restaurar a confiança e garantir uma gestão eficaz dos recursos dos contribuintes. Num contexto de gestão do dinheiro público, é requerido que as contas do Estado sejam claras, acessíveis e, acima de tudo, compreensíveis para todos. Trata-se, portanto, de recursos que pertencem a toda a sociedade e que devem ser aplicados para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Este artigo enfatiza que a transparência não é apenas uma opção, mas um requisito indispensável para qualquer governo que deseja ser responsabilizado.

Em Cabo Verde, o artigo 25.º da Lei das Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho) estabelece a necessidade de seguir critérios rigorosos de transparência, tanto na elaboração como na execução do orçamento. Mas o que isso significa, na prática? Significa que **os cidadãos devem ter acesso às informações orçamentais de forma direta e sem complicações desnecessárias.**

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), uma referência mundial em boas práticas orçamentais, a **transparência**

vai além da divulgação de informações; implica garantir que estas sejam compreensíveis e úteis para toda a população. Não basta apenas publicar os dados; é preciso apresentá-los de maneira que qualquer pessoa consiga entender e acompanhar como o dinheiro está a ser gasto.

Um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), *IMF Country Report 17/104 – Brasil*, sobre a transparência fiscal destaca que práticas transparentes permitem uma fiscalização mais eficiente e reduzem as possibilidades de corrupção. **O Portal da Transparência**, por exemplo, permite que os cidadãos acompanhem, em tempo real, a aplicação dos recursos dos contribuintes, o que é crucial para identificar as irregularidades e promover a responsabilização dos gestores públicos.

No entanto, não basta apenas publicar os dados do orçamento e da execução orçamental. Para que a transparência seja eficaz, é fundamental que as informações sejam apresentadas de forma clara e acessível ao público. Muitas vezes, os documentos orçamentais são muito técnicos, repletos de termos e conceitos difíceis de entender, afastando as pessoas do que realmente é relevante.

Governos comprometidos com a transparência devem usar mecanismos que tornam mais fácil a apresentação dos dados. Isto inclui plataformas digitais que disponibilizam gráficos interativos, resumos explicativos e outras formas de visualização que tornam os dados mais acessíveis, permitindo uma maior participação dos cidadãos na fiscalização dos gastos públicos. Em países com alto nível de transparência, é comum encontrar plataformas *online* onde os cidadãos podem acompanhar a execução do orçamento do Estado em tempo real, identificar possíveis irregularidades e denunciá-las. Além disso, a promoção de iniciativas de educação financeira é imprescindível para que os cidadãos possam interpretar os dados de forma crítica e exigir maior responsabilidade dos gestores públicos.

A transparência orçamental não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia prática para melhorar a gestão pública. Governos que investem nesta prática ganham a confiança dos cidadãos combatendo a corrupção e utilizando os recursos de forma mais eficiente. Num mundo moderno, onde a informação circula rapidamente, a abertura e a clareza das contas públicas são não só desejáveis, mas essenciais para uma gestão eficaz.

Este artigo enfatiza que a transparência não é apenas uma opção, mas um requisito indispensável para qualquer governo que deseja ser responsabilizado.

A adoção de diretrizes internacionais, como a **Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal do FMI**, pode servir de referência para os países que querem melhorar as suas práticas de transparência, incluindo Cabo Verde. A implementação destas normas não somente torna as contas públicas mais transparente, como também aumenta a confiança social nas instituições, facilitando o acesso dos cidadãos a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação. Uma gestão transparente aumenta a eficiência, diminui as desigualdades e melhora a qualidade de vida, uma vez que assegura que os recursos dos contribuintes sejam aplicados de forma justa e responsável.

Em suma, **o futuro da boa gestão pública depende**

de quão aberto e acessível o orçamento do Estado e a sua execução será para os seus cidadãos. O desafio é grande, mas os benefícios são ainda maiores: uma gestão pública que coloca o cidadão no centro e garante que os recursos sejam usados para o bem de todos.

Portanto, é essencial que os governos invistam em plataformas acessíveis, promovam a educação sobre finanças públicas e garantam que os dados orçamentais sejam compreensíveis para todos. A transparência não é apenas uma questão de moralidade ou ética, mas uma estratégia prática para garantir a eficiência, o controlo e o desenvolvimento sustentável de uma nação. Sem ela, o desperdício, a corrupção e a ineficiência continuarão a prejudicar a evolução e a qualidade de vida dos cidadãos.

É necessário que cidadãos, organizações e governantes trabalhem em conjunto para criar uma cultura de responsabilidade pública, onde cada centavo seja justificado e todos os recursos sejam destinados ao bem-estar da população. Governos que não se comprometem com a transparência, na verdade, opõem-se à eficiência e ao *upgrade*. **IE**